

19 a 21 de outubro Ponta Grossa - PR - Brasil

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E INCENTIVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MUNICÍPIO “X”

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES EDUCATIONAL AND INCENTIVE INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY IN MUNICIPALITY “X”

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Daiana Rodrigues, Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Brasil, daianarodrigues97@outlook.com.

Greg Alves da Silva Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Brasil, greg.admp@gmail.com.

Resumo

Devido às constantes mudanças que vêm ocorrendo no contexto organizacional contemporâneo, as organizações têm procurado novas formas e novos métodos para desenvolver seus serviços. O setor público, nesse contexto de mudanças, também tem necessitado adaptar suas funções e vem utilizando a tecnologia da informação como um dos principais instrumentos de apoio. As políticas públicas educacionais têm por objetivo desenvolver, garantir, incentivar a qualidade do ensino público, sendo que as mesmas interferem diretamente no ambiente escolar. O presente trabalho procura analisar de que forma as políticas públicas educacionais incentivam o uso da TI em um determinado município, se as mesmas contribuem para a qualidade do ensino, eficiência da gestão e na capacitação de professores. A pesquisa se caracteriza de natureza básica, qualitativa e o método utilizado para a pesquisa é uma análise documental e também foi realizada uma análise sobre as quatro políticas educacionais e as iniciativas locais em um determinado município, em seus diferentes aspectos. Através do trabalho conclui-se que os recursos necessitam ser ampliados por parte do Estado, da mesma forma novas políticas públicas devem ser ofertadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Tecnologia da Informação e Comunicação; Educação; Administração.

Abstract

Due to the constant changes that are taking place in the contemporary organizational context, organizations have been looking for new ways and new methods to develop their services. The public sector, in this context of changes, has also needed to adapt its functions and has been using information technology as one of the main support instruments. Public educational policies aim to develop, guarantee, encourage the quality of public education, and they directly interfere in the school environment. The present work seeks to analyze how public educational policies encourage the use of IT in a given municipality, if they contribute to the quality of teaching, management efficiency and teacher training. The research is characterized of a basic, qualitative nature and the method used for the research is a documentary analysis and an analysis was also carried out on the four educational policies and local initiatives in a given municipality, in its different aspects. Through the work it is concluded that the resources need to be expanded by the State, in the same way new public policies must be offered.

Keywords: Public Policy; Information and Communication Technology; Education; Administration.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm promovido diversos debates na conjuntura atual, muito disso se deve às reflexões sobre o papel do Estado alinhado às novas e crescentes demandas da sociedade. As políticas públicas são as respostas dos governos voltadas para atenderem às demandas da sociedade. Através destas são implantados programas e projetos que interferem no desenvolvimento do país, em suas diferentes esferas. O setor público, nesse contexto de mudanças, também tem necessitado adaptar suas funções e vem utilizando a tecnologia da informação como um dos principais instrumentos de apoio.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) emergem como um dos meios em que auxiliam na realização de serviços e processos organizacionais, tem como função principal dar suporte nas atividades executadas na sociedade contemporânea. É por meio destas tecnologias que alguns processos têm seu tempo reduzido na execução, além disso, têm auxiliado nos processos de tomada de decisão.

As políticas públicas para a implantação das tecnologias digitais na escola ultrapassaram o contexto de necessidade de apenas materiais físicos, contudo, têm-se ainda uma demanda de sistemas mais eficazes para a realização dos trabalhos cotidianos.

No âmbito dos serviços e políticas educacionais o contexto é o mesmo. Tem-se vivido uma era de transformações, e através destas se vê a urgência de mudanças a serem realizadas nos espaços de ensino. No decorrer dos últimos anos, o acesso a informação se tornou mais amplo e por conta disso se torna necessário a adaptação das políticas públicas e capacitação dos atores envolvidos. É necessário acompanhar este novo ciclo de informação e desenvolver novos processos a fim de atingir e aprimorar a construção da sociedade contemporânea acerca das tecnologias de informação e comunicação.

As tecnologias em seus diferentes formatos e ferramentas (tais como sistemas e plataformas) surgem como um instrumento de apoio gerencial e estratégico na educação. A maioria das ações de alinhamento de políticas públicas são desenvolvidos e difundidos através de sistemas de informação, diante deste fator, as TICs contribuem com o aprimoramento dos processos de gestão da educação.

Os benefícios da TI na educação são inúmeros e por sua vez impulsionam o desenvolvimento organizacional. Porém, a implantação de TICs na educação depende diretamente de políticas públicas e da tomada de decisão de gestores sobre a incorporação e aprimoramento de sistemas e ferramentas na prestação e monitoramento dos serviços. A partir deste contexto de mudanças gerado pelo advento das TICs na educação e pela necessidade de uma agenda de políticas públicas que contemple tais mudanças, surge a presente pesquisa, que tem o intuito de analisar o desenvolvimento das TICs no município “X”, no estado do Paraná.

2. OBJETO DE PESQUISA:

O estudo se delinea em torno de um objeto de pesquisa local, sendo o município “X” como objeto de pesquisa formal, as políticas públicas educacionais. Desta forma, ambos possuem realidades com características próprias.

Caracterizou-se como objeto de estudo a cidade de “X” no estado do Paraná, com principal foco na educação básica do município. De acordo com o IBGE (2010), o município possui cerca de 13.479 mil habitantes, a área da unidade territorial de 607,848 km². Está localizado na região dos Campos Gerais e possui como principal atividade econômica a base agrícola.

Atualmente o município conta com 05 escolas municipais de educação e 01 Centro Municipal de Educação Infantil.

ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS	IDEB
Escola (01)	116	6.2
Escola (02)	515	6.2
Escola (03)	162	6.0
Escola (04)	184	6.1
Escola (05)	308	6.9
Centro de Educação Infantil	172	Não possui

Tabela 1 - Relação de Escolas Municipais, número de alunos a nível do Ideb da Cidade "X" do Estado do Paraná. Fonte: Secretaria Municipal de Educação da cidade "X", (2019)

Caracterizou-se da mesma forma como objeto de pesquisa as políticas públicas educacionais descentralizadas:

2.1 Programa de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O PNAIC é o Programa de Alfabetização na Idade Certa, seu principal objetivo é melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. O programa além de desenvolver uma avaliação da política pública relacionada à educação possui foco de fornecer o apoio gerencial, técnico e financeiro as instituições de ensino.

2.2 Programa Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação, foi instituído pela lei nº 13.005/2014. O PNE é o principal instrumento de planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento da educação no país. O documento está dividido em vinte metas, que no geral, tratam da Educação e Alfabetização dos alunos, investimento na educação infantil, alfabetização de todas as crianças, aplicação do período integral e demais melhorias nos diversos níveis de ensino.

2.3 Programa de Ações Articuladas (PAR)

O Plano de Ações Articuladas foi instituído em 2007, o PAR é plano de ações articuladas desenvolvidas e apoiadas pelo Ministério da Educação, estabelecido através do Decreto Nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. É um programa de diagnóstico e de planejamento local que atende em quatro dimensões da educação sendo, gestão educacional, formação de professores e profissionais da educação, práticas pedagógicas e de avaliação e por fim infraestrutura física como construções de novas instituições de ensino e recursos pedagógicos.

2.4 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

O Programa Dinheiro Direto na Escola é um programa de assistência financeira as escolas públicas, os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Abordando sobre políticas públicas, é possível salientar que estas repercutem em diferentes aspectos sociais, econômicos políticos e culturais, podemos explicar que a teoria da política pública faz uma junção com as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. (SOUZA, 2006, pág.25).

Matias (2010) define que as políticas públicas são instrumentos essenciais dos governos para atender a população como um todo. Outros conceitos às relacionam ao

exercício e manutenção do poderpolítico e também como estratégia para correção das falhas de mercado.

Hofling (2001) entende que as políticas públicas educacionais estão na agenda de tipos específicos de Estado, pois são formas de interferência desse ator, objetivando a manutenção das relações sociais de determinada formação sócio política.

Silva (2014) destaca que as TICs foram além das fábricas e parques industriais e fazem parte do nosso cotidiano com a sua presença em diversos setores, inclusive no espaço educacional. Nos dias contemporâneos a tecnologia da informação se faz presente em processos desenvolvidos e desempenhados nas ações do governo, ou seja, no desenvolvimento de políticas públicas.

Neste contexto, a TI possui um papel importante nos processos presentes em uma organização, esta pode ser definida como um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para armazenar, manipular e gerar informações e conhecimentos, nas funções que a mesma desempenha esta é utilizado para guardar, geração e uso as informações (O'BRIEN, 2004).

A tecnologia da informação e comunicação é utilizada nos diversos setores, a utilização dos mesmos nos últimos tempos tem sido direcionada com diferentes fins. Na educação, por sua vez, esta também se torna uma ferramenta abrangente, especificamente na educação.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como do tipo descritiva. Conforme Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto a sua natureza, o estudo pode ser entendido como qualitativo, sem a intenção de verificar a frequência do fenômeno, mas sim seus significados. De acordo com Bogdan e Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo. Para a presente pesquisa foi escolhido a pesquisa qualitativa pois através desta procura-se identificar os significados do tema abordado e o processo que envolve a política pública e seus impactos na educação.

Quanto ao delineamento do objeto, optou-se pela abordagem de Estudo de Caso. A escolha justifica-se pelo delineamento da realidade investigada, a qual será o município "X". Tal abordagem é um procedimento metodológico que enfatiza entendimentos contextuais, sem esquecer-se da representatividade (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007), centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real (EISENHARDT, 1989) e envolvendo-se num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007).

Para Yin (2005, p. 32), "o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real" adequado quando "as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados" (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195). Martins (2008, p. 11) ressalta que "mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa". Nesta pesquisa, o caso a ser estudado é da configuração local das políticas públicas que incentivam a tecnologia de informação na educação.

Com relação à técnica de coleta de dados, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas e a pesquisa documental. Segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coletas de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.

Em um primeiro momento como parte já elencada da presente pesquisa foi realizada a análise documental, onde foram analisados os cadernos e leis das políticas públicas estudadas por este trabalho. Também foi realizada uma análise de documentos que a SME possui das políticas públicas e como é organizada esta documentação e como é realizado o controle da mesma.

A entrevista foi realizada em um primeiro momento com a secretária municipal de educação do município e com a técnica do PDDE e PNE, é necessário salientar que a técnica auxilia em ambas as políticas na SME. Em seguida foram realizadas entrevistas com dois diretores e quatro professores da educação municipal, sendo estes componentes da escola de número um e da escola de número quatro, destacadas na caracterização da realidade investigada.

Também com relação à coleta de dados foi realizado o levantamento de dados primários, pesquisou-se em leis, planos e programas educacionais sobre as TICs. Em seguida deu-se a análise de documentos que permeiam a relação das TICs na educação e os relatórios que têm se relacionado ao tema pesquisado.

Conforme Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Conforme Bardin (2011), esse tipo de análise envolve um conjunto de análise das comunicações, são procedimentos sistemáticos, ou seja, são métodos objetivos na descrição do conteúdo que envolve as mensagens as mensagens recebidas. A análise de conteúdo é dividida em fases: a fase da pré-análise, ocorre através da escolha, separação, preparação do material coletado. Bardin (2011), chama esta fase de leitura flutuante, onde ocorre a leitura geral dos registros coletados. Na segunda fase da análise de conteúdo, é a exploração do material selecionado na pré-análise. E a terceira fase, é onde acontece o tratamento do conteúdo.

A seguir um quadro representativo com as categorias de análise e os elementos analisados na presente pesquisa:

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	ELEMENTOS ANALISADOS
Políticas públicas	Análise das políticas públicas vigentes no município.	Implementação das políticas públicas, melhoria que estas podem ofertar ao ensino e incentivo a TICs.
Processos de gestão	Processo de melhoria da gestão direcionando para a tomada de decisão.	Conexão da SME com as escolas e profissionais da educação; Conhecimento na adesão de políticas públicas; Melhoria através das políticas públicas. Planejamento das atividades realizadas durante o ano; Processo de metas;

Capacitação profissional	Incentivos dispostos relacionados a TICs como forma de capacitação para o professor.	Avaliação dos indicadores alcançados; Toma de decisão; Gerenciamento financeiro. Capacitação profissional relacionada à gestão escolar; Capacitação referente a TI; Conhecimento do professor, conhecimento relacionado a TICs; Plano Municipal da Educação e suas metas.
Qualidade e Inovação do Ensino	Qualidade ofertada com relação aos serviços e materiais disponibilizados para o professor em sala de aula.	Infraestrutura básica de TI nas escolas; Uso da infra-estrutura; Novas tecnologias dispostas para o município; Desafio TI e professor.

Quadro 1 –Categorias de análise da pesquisa. Fonte: a autora (2019).

As categorias de análises descritas no quadro foram aplicadas tanto para entender o impacto das políticas públicas educacionais nas TICs quanto para identificar e analisar as iniciativas e instrumentos locais para o uso de TICs. A cargo disso, os resultados se organizam nestas duas linhas de frente.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados a seguir trazem inicialmente a análise das políticas públicas descentralizadas, conforme estudadas no decorrer do trabalho. Assim explicando de forma detalhada qual o incentivo que estas possuem relacionados à TICs no contexto educacional.

Atualmente, o município “X” implementa o Plano de Ações Articuladas, Programa Dinheiro Direto na Escola, Plano Nacional de Educação. Além dos Programas Mais Alfabetização e Mais Educação, realizado com os alunos do 1º ao 3º ano das series iniciais e para os alunos que fazem parte 4º e 5º ano, respectivamente, ambos surgiram para atender a demanda do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa.

Em relação ao conhecimento sobre políticas públicas a Secretária Municipal de Educação demonstra conhecimento e aproximação prática com o tema, a técnica do PDDE e PNAIC, que agora também passa a ser técnica do Mais Alfabetização e Mais Educação também tem seu conhecimento aprofundado nas políticas com que trabalha, conforme ressaltado a seguir: “Participei de alguns cursos relacionados a estas políticas, cursos estes presenciais e também online o que contribuiu para entender e trabalhar atualmente”, diz assim a técnica do município “X”.

Em relação aos professores e diretores da rede municipal de ensino esse conhecimento é incipiente, quando questionados se ambos conheciam sobre “Políticas públicas para a Educação” se percebia omissão das respostas e após uma negativa sobre a pergunta.

Se tornou visível durante as entrevistas que as políticas públicas para a educação oferecem um suporte e algumas melhorias, mas quando questionados em que poderia ser mudado no âmbito de políticas públicas ambos respondem que os recursos destinados à educação são poucos. A seguir o relato da Diretora 01:

[...] A escola recebe recursos através do PDDE e também do adiantamento fornecido pela prefeitura da cidade, mas são valores pequenos de acordo com o número de alunos que a

escola tem, é bem difícil trabalhar com esses valores porque as demandas são grandes e o valor pequeno. [...].

Especificamente sobre as políticas públicas descentralizadas na educação, os resultados foram analisados no município conforme a seguir:

4.1. Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O principal objetivo do PNAIC é melhorar a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. O programa além de desenvolver uma avaliação da política pública relacionada à educação possui foco de fornecer o apoio gerencial, técnico e financeiro as instituições de ensino, (MEC, 2012).

A formação continuada do PNAIC está dividida em três etapas, na primeira etapa compreendia a formação dos articuladores responsáveis e após esta formação estes repassavam os conteúdos aos demais professores através de oficinas. Também conforme previsto no PNAIC a formação é continuada e está orientada para a aprendizagem dos alunos e será ofertada em serviço. A carga horária dessa formação, não está relacionada somente aos encontros presenciais, mas também as atividades mediadas por tecnologias, tais como *web* conferência e minicursos *on-line*, e da mesma forma as atividades que os coordenadores pedagógicos, articuladores da escola, mediadores de aprendizagem do PNE e professores desenvolverem na escola ou em sala de aula com os alunos.

O programa incentivou a tecnologia de informação e comunicação, em seu âmbito de duração de 2013 à 2015, no que compreende a formação e especialização a nível nacional dos profissionais da educação, nessa linha de atuação o programa ofertou cursos de capacitações em plataformas digitais.

Os professores do município pesquisado realizaram formações através da plataforma do PNAIC, além destas formações não se teve nenhum outro incentivo relacionado à TICs, e agora com a mudança para o Mais Alfabetização o único incentivo a TICs identificado é a forma de adesão feita por meio do PDDE Interativo, que é de acesso exclusivo dos diretores escolares.

O PNAIC auxiliava principalmente os professores através de capacitações os quais eram destinadas aos alunos também, é necessário informar que os professores recebiam uma bolsa como forma de incentivo pela participação no programa.

4.2 Plano Nacional de Educação (PNE)

O PNE em sua meta 01 destaca que é necessário fornecer o acesso a rede de computadores e *internet* nas instituições de ensino, tanto da educação infantil como no ensino fundamental, trazendo para o ambiente escolar as TICs como meio de aprendizagem. Na meta 2.8 se destaca que os estabelecimentos devem fornecer equipamentos e suporte tecnológico para que os profissionais consigam expandir as TICs como ferramenta de aprendizagem.

Ainda discorrendo com relação as metas 1 e 2.8 no PNE, em ambas se ressalta a disponibilização de recursos tecnológicos como formas de trabalho para os profissionais da educação e das formas de inserção no ambiente escolar, além disso, adverte que os materiais devem ser adquiridos conforme os repasses financeiros do governo federal.

É possível considerar que as práticas vivenciadas pelos profissionais da Educação do Município pesquisado a realidade é divergente com o que se está estabelecido nas metas do PNE. Conforme relatado da Secretária Municipal de Educação:

“Tínhamos os laboratórios nas escolas municipais, que era de uso dos alunos e professores, porém estes com o tempo estragaram, sendo assim optamos por desativá-los

porque nos gerava custos elevados e muitos problemas” (Relato do representante da Secretaria de Educação).

Quando questionada acerca do material ofertado aos profissionais, esta nos responde que no referido ano foi realizada uma compra de computadores completos, impressoras e copiadoras somente para uso dos professores, e que a compra está sendo realizada com os recursos da Prefeitura da cidade.

A secretaria oferta computadores e laboratório de informática para uso dos alunos apenas em duas escolas. De acordo com o Plano Municipal de Educação, que é baseado no PNE oferta deveria ser em todas as escolas municipais.

É possível entender que o município tem encontrado dificuldades em desenvolver a tecnologia da informação e comunicação direcionada para os alunos, que esta meta não está sendo suprida nos últimos anos por conta da falta de recursos necessários destinados especificamente ao desenvolvimento do parquetecnológico.

4.3 Plano de Ações Articuladas (PAR)

Com relação ao PAR, as ações de assistência financeira e apoio junto aos municípios são realizadas através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e é necessário o município realizar a adesão do PAR. A disponibilização dos recursos financeiros por meio do PAR é calculada através do IDEB, um indicador de assistência financeira, que é medido por meio da Provinha Brasil, realizada pelos alunos da educação básica.

O PAR é um programa de diagnóstico e de planejamento local que atende em quatro dimensões da educação sendo, gestão educacional, formação de professores e profissionais da educação, práticas pedagógicas e de avaliação e por fim infraestrutura física como construções de novas instituições de ensino e recursos pedagógicos.

Com relação ao incentivo que este instrumento fornece às TICs cabe ressaltar que há um sistema eletrônico de monitoramento, o qual faz acompanhamento para diagnosticar se as ações do PAR estão sendo realizadas. Os registros são feitos através de relatórios, que são lançados neste sistema. É possível inferir que essa ferramenta garante rapidez e melhoria no processo de acompanhamento das ações do município.

Outro ponto relacionado ao incentivo das TICs que o PAR desenvolve é seu planejamento de ações, ofertarem recursos para a implementação de equipamentos tecnológicos em ambiente escolar. Alguns entrevistados relatam que algumas vezes quando recebido este incentivo às tecnologias já estão obsoletas (como por exemplo, recursos para aquisição de aparelho de DVD). A justificativa para que as tecnologias se tornem obsoletas é explicada através do fato de que a tecnologia é muito momentânea, os recursos são dispendiosos e por conta que o município recebe o incentivo financeiro em parcelas, estas demoram a chegar e isso atrasa em demais a compra dos materiais. Esse ponto elucidado sobre as dificuldades dos municípios em implantar as TICs, conforme é destacado por Albano (2001).

De acordo com relatos, o município pesquisado foi contemplado apenas uma vez com equipamentos tecnológicos para as escolas municipais, atualmente uma escola da zona rural do município recebeu via PAR o Programa Educação Conectada. Conforme explica a diretora da referida escola:

“Neste ano recebemos a internet banda larga via satélite através do Programa Educação Conectada, este melhorou na hora dos professores realizarem a Hora Atividade, na preparação das aulas para os alunos” (DIRETOR 02).

O responsável do PAR no município pesquisado é a Secretaria Municipal de Educação, cabe a esta realizar as adesões dos programas que estão disponibilizados para o município.

4.4 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

É um programa de assistência financeira as escolas públicas, os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino, (FNDE, 2019).

Cada escola em reunião com os seus membros de Associação de Pais, Mestres e demais funcionários da Educação decidem em quais meios devem ser utilizados os recursos disponibilizados através do PDDE. Os valores que cada escola recebe através do repasse do governo está baseado na renda per capita de número de alunos que cada escola possui. As escolas que oferecem educação especial de forma inclusiva ou especializada, recebem de forma diferenciada, de modo a assegurar, de acordo com os objetivos do PDDE, o adequado atendimento às necessidades dessa modalidade educacional.

As prestações de contas dos recursos recebidos do PDDE, são apresentadas nos prazos e constituídas de documentos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE, são realizadas duas vezes ao ano referente a primeira e a segunda parcela do programa.

O PDDE também oferece uma plataforma nomeada de “PDDE Interativo” que é de exclusivo acesso do diretor escolar. A plataforma é utilizada na aquisição de livros didáticos e para a adesão do Programa Educação Conectada, que oferta *internet* via satélite para as escolas, como forma de desenvolver o acesso para os alunos e para os professores na utilização da preparação de suas aulas.

Abordando ainda sobre o incentivo que estas políticas públicas oferecem aos municípios relacionados a TICs, foi possível observar que o município recebeu um laboratório de informática para cada escola, porém ainda conforme relatos dos professores e funcionários da educação este laboratório gerou muitos problemas e os computadores eram precários, em pouco tempo os mesmos se tornaram obsoletos e sendo assim ficou decidido a desativação do laboratório. Atualmente apenas uma escola está com o funcionamento do seu laboratório o que foi reativado no ano de 2019, e teve a substituição de alguns itens que foram pagos com recursos da prefeitura, foram reativados para a utilização nas aulas do período integral, utilizado para a pesquisa de conteúdo e jogos educativos com os alunos.

O quadro a seguir resume os principais pontos de incentivo ao uso de TICs/ou lacunas apresentados pelas políticas públicas analisadas.

POLITICA	PROCESSOS DE GESTÃO	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	PROCESSOS DE ENSINO
PNAIC	Não foram identificados processos direcionados a gestão.	Promoção de formação para os articuladores da política pública, cursos em plataformas digitais.	Na política foram encontradas lacunas referente ao incentivo que estas podem oferecer a TICs, a única forma que a política é relacionada a TICs era nos cursos de aperfeiçoamento desenvolvidos para os profissionais da educação, realizados através de plataformas digitais.

PNE	Metas que propõe a melhoria da gestão, oferta de recursos e equipamentos tecnológicos para utilização do processo de gestão escolar.	Incentivo aos profissionais que realizam cursos, especializações, mestrado e doutorado.	Expandir a educação ofertada afim de aprimorar os métodos de ensino distribuídos entre os alunos das escolas públicas municipais.
PDDE	Autonomia do diretor na compra de materiais para uso dos alunos das escolas públicas municipais, acesso a plataforma do PDDE interativo que fornece um apoio ao diretor sobre questões relacionados a administração da escola.	Não foram identificados processos de capacitação dentro da política pública.	Aquisição de materiais que podem ser utilizados pensando no ensino a ser ofertado para os alunos de sala de aula. Porém é possível entender que falta incentivo com relação a aquisição de materiais tecnológicos por conta do dinheiro distribuído as instituições ser pouco.
PAR	Programa de uso apenas do Secretário municipal de Educação, controle e aquisições de materiais que podem auxiliar o processo de gestão dentro da SME.	Não foram encontrados programas relacionados a capacitação profissional para os gestores das SME.	Ampliação de espaços educativos, melhoria nos materiais de oferta para os professores.

Quadro 2 – Políticas Públicas e as formas de incentivo. Fonte: a autora (2019).

Após realizadas as análises documentais referente as políticas públicas segue-se para um ponto de análise mais específica, abordando sobre as políticas públicas educacionais e o seu incentivo a TICs.

4.5 AS TICs e os Processos de Gestão

Conforme percebido nas entrevistas, a SME faz um acompanhamento periódico com as escolas para ver as atividades que estão sendo realizadas junto com os alunos, também realiza reuniões mensais com os diretores e conselhos de classe ao final de cada bimestre escolar.

O planejamento das atividades a serem realizadas durante o ano é de responsabilidade da SME, que planeja as atividades e as executa conforme os meses. São utilizados meios virtuais para facilitar a comunicação e emissão avisos, através de grupos de *WhatsApp* e *e-mail* das escolas, também em alguns casos realizados as visitas.

As metas são de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e também o que está previsto no Plano Municipal de Educação, não existe um plano de metas definido pela SME e da mesma forma pelas escolas. Nenhuma fala, nem de gestores nem de professores, permitiu identificar que haja um planejamento estratégico definido.

Estão sendo implementadas algumas inovações nos serviços educacionais do município pesquisado, a exemplo disso, já está em vigor o Ensino em tempo integral em duas escolas da área urbana. Também está em processo de inserção às telas interativas, iniciativa do município pesquisado, para a melhoria da qualidade do ensino que é ofertado para os estudantes da rede municipal de ensino.

Todas as decisões com relação as ações que devem ser executadas na educação partem da secretária municipal de educação, a mesma após relatos destacou que analisa as propostas e as implanta, porém em nenhum momento relatou que utiliza as TICs para o processo de tomada de decisão.

A secretária de educação é a responsável pelo gerenciamento financeiro da maioria dos recursos, sendo estes: merenda escolar, transporte escolar, material didático, uniformes, tênis, consultas oftalmológicas e óculos distribuídos através do Programa Municipal Boa Visão. Os diretores recebem o valor repassado através do PDDE e também possuem um valor destinado a cada dois meses para gastos imprevistos nas escolas, também cada uma das escolas realiza uma rifa por ano para adquirir fundos. Todos os entrevistados quando questionados sobre isso salientam que os recursos são poucos e de uso inflexível, “não se pode gastar com qualquer coisa, tem sempre algo específico, e tem coisas de que se precisa e não se pode comprar com nenhum dos recursos.” (DIRETOR 02).

Outro ponto de inovação que a SME tem aderido é a utilização da plataforma Conviva Educação, que é uma iniciativa da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) em parceria com outros treze institutos e fundações e conta com o apoio do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) que oferta uma plataforma de apoio a gestão. Nesta plataforma a equipe da SME pode lançar dados referentes aos Recursos Humanos, prestação de contas, e se pode realizar cursos de capacitação. É necessário salientar que esta plataforma é gratuita e de uso exclusivo das SMEs.

É possível entender que a gestão pouco considera a eficácia que a tecnologia pode produzir quando utilizada na melhoria dos processos. As atividades que permeiam a SME e as escolas seguem uma rotina e que mudanças e inserção de novas tecnologias, podem quebrar as rotinas, e podem não ser bem vistas e vir a sofrer resistência por parte dos interessados.

4.6 As TICs e a Capacitação Profissional

Os diretores e a secretária municipal de educação possuem capacitação referente à gestão escolar, alguns dos professores também possuem referente educação infantil, alfabetização e letramento, educação especial e psicopedagogia.

Quando mencionado sobre as TICs ambos as professoras entrevistados destacam que possuem apenas o básico, que seria utilizar o computador, e que nenhuma das duas tem formação mais aprofundada relacionada às TICs. Segundo um dos diretores:

“(…) os professores ainda têm pouco conhecimento relacionado a tecnologia, basicamente eles sabem usar o computador e a impressora, alguns até usam o *data show* porém são poucos” (DIRETOR 01).

É possível entender que os profissionais que compõem a rede municipal aspiram por capacitações relacionadas a TICs, um dos professores colocou inclusive que isso seria uma das formas de incentivar à tecnologia. Entretanto a SME do município não oferece capacitação sobre este tema. Isso pode tornar distante a relação entre o trabalho do professor e as TICs. O fato fica evidenciado nos relatos:

“ Até agora eu não participei de nenhum (capacitação) que seja de tecnologia, o que sei relacionado a tecnologia foi de um curso básico que eu fiz, porém, este curso eu paguei” (PROFESSOR 01).

“ Neste tempo que estou aqui eu não participei de nenhum (curso) relacionado a tecnologia” (PROFESSOR 03).

No município, os professores e pedagogos possuem um plano de carreira, este não se enquadra para os secretários escolares e auxiliares de serviços gerais, foi observado que

apenas a pós-graduação é levado em conta. Os quais recebem uma gratificação referente ao nível que estão.

Verificou-se com os relatos que o município não tem incentivado seus profissionais a buscar novas especializações e aprimorar seu trabalho, e também conforme ressaltado pelos profissionais estes tem recebido fortes exigências por parte da SME na realização de suas atividades.

Da mesma forma a SME não tem desenvolvido capacitações relacionadas a tecnologia da informação e comunicação, bem como também não oferta cursos e formações continuadas de como utilizar tais equipamentos, o conhecimento que os professores possuem vem de cursos externos os até mesmo do conhecimento repassado de um para outro.

Conforme as entrevistas o município ofertou apenas uma capacitação relacionada à TICs e esta por sua vez foi falha para alguns professores, os quais não entenderam sobre o método que estava sendo repassado e assim não puderam aplicar com os alunos, conforme relato da professora 03: “teve um só, que era letramento digital, porém foi só uma noite e eu não consegui entender nada, era muito rápido a explicação, pra mim não adiantou muito”.

O município está no processo de implantação das telas interativas, que é uma nova tecnologia a ser utilizada em benefício dos professores e alunos, porém junto a esta nova tecnologia, não existe nenhum incentivo ou capacitação relacionado ao seu uso. É possível inferir que possa haver dificuldades na implantação dessa nova tecnologia caso não se perceba, por parte da gestão local, a necessidade de um processo de formação aprofundado que se contemple o uso técnico e as possibilidades pedagógicas desses equipamentos.

4.7 As TICs e a Qualidade e Inovação do Ensino

Conforme já mencionado, até 2016 escolas possuíam laboratórios de informática que eram utilizados pelos alunos, no momento atual apenas uma escola possui este tipo de laboratório. Os professores, por sua vez, no mês de setembro receberam computadores e impressoras para utilizar na preparação de suas aulas, a equipe pedagógica da SME e das escolas também receberam os mesmos equipamentos.

A nova tecnologia disponível para o município são as telas interativas que devem ser implantadas em todas as escolas a partir de fevereiro do ano de 2020, que os professores podem utilizar para as suas aulas.

Os professores possuem ciência de que as tecnologias estão presentes cada vez mais no cotidiano dos alunos, e que estes vêm de suas casas com muitas informações recebidas através dos meios de comunicação, porém se torna aparente que os professores não utilizam a tecnologia como forma de aprendizado para os alunos.

Segundo as entrevistas, os profissionais continuam utilizando as mesmas formas de tecnologia que estão habituados para seu trabalho. Não foi possível observar inovação na forma de como é repassado o conhecimento e demais atividades para os alunos do município “X”.

Eu na minha hora atividade eu tenho o computador e a impressora, que eu consigo trabalhar e preparar as atividades dos alunos, mas aqui na escola não tem laboratório de informática para usar com os alunos mesmo, também tem uma TV que eu posso passar vídeos, essa TV é daquelas laranjas que foi um projeto do governo do Estado, também tem uma da escola do município porém eu nunca usei (PROFESSOR 01).

Os recursos municipais disponíveis para a compra de materiais tecnológicos foram considerados como insuficientes. Na maioria dos casos as unidades de ensino frente as suas necessidades de dia a dia, optam por suprir as outras demandas tendo em vista que, para eles,

os recursos tecnológicos são onerosos e se tornam obsoletos rapidamente, e por isso não vale a pena esse custeio

Os professores, conforme os relatos das entrevistas entendem que as TICs possuem um papel importante no cotidiano de seus alunos. Da mesma forma entendem que a tecnologia se tornou atividade do cotidiano e que muitos alunos detêm conhecimento avançados relacionados a este tema.

Conforme relato de uma professora do 5º ano do Ensino Fundamental, quando questionada o conhecimento que seus alunos tinham sobre tecnologia: “Já ouvi os alunos comentando que tem um grupinho de *WhatsApp*, e que também a maioria possui telefone celular” (PROFESSORA 01).

Outra professora da Educação Infantil, quando questionada o papel do professor em fazer a ligação de TICs e ensino regular nos relatou: “o papel do professor é utilizar a tecnologia como forma de ensino em sala de aula, porém é difícil, os alunos já vem com muitas informações de casa” (PROFESSORA 02).

Atualmente uma escola do município possui laboratório ativo para a realização de pesquisa, e aulas de informática para os alunos. Cursos relacionados a TICs não são ofertados com foco nos alunos, até o ano de 2012 a prefeitura ofertava cursos de informática para os alunos e demais habitantes da cidade, porém as atividades foram encerradas em dezembro do ano de 2012.

Após análises das entrevistas e demais documentos que compõe as políticas públicas estudadas no referido trabalho é possível entender que quando equipamentos são direcionados através do governo para utilização das escolas estes vem de forma sucateada e que impossibilita a utilização por meio dos professores para com os alunos.

Com relação aos incentivos de cunho financeiro, estes enlaçam as escolas, as quais possuem demandas muitas altas relacionadas a compra de materiais. As vezes se torna complexo para que uma instituição utilize o recurso ofertado por conta das limitações que a política pública oferta.

5 CONCLUSÃO

Através das análises documentais realizadas nos cadernos e programas foi possível inferir que as políticas públicas no município são direcionadas majoritariamente através de financiamentos do governo federal. Isso corrobora com a afirmação de que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado para o direcionamento à população, e que a tecnologia de informação e comunicação tem de certa forma auxiliado os processos que envolvem as políticas públicas da Educação.

Desta forma, o uso adequado das TICs nas organizações da educação, pode contribuir em grande escala nos processos que envolvem a gestão, a capacitação profissional e os processos de ensino. Há também de se compreender que o Estado é o principal financiador destas ações tecnológicas que circundam a educação pública. Estes processos tecnológicos acenderam nos últimos anos e se tornaram fortes conforme mencionado, a tecnologia da informação e comunicação assumiu um papel de destaque nos últimos anos.

É possível entender que os incentivos através das políticas públicas esta relacionado ao acesso de plataformas para a adesão, não existe por parte do Estado um recurso específico direcionado para a TICs na Educação, tornando assim o trabalho de um profissional da educação limitado quando a envolver a tecnologia no cotidiano de seus alunos em sala de aula.

Conforme analisado sobre o conhecimento na prática sobre políticas públicas é possível entender que a gestão local pouco considera a eficácia que a tecnologia pode

produzir quando utilizada na melhoria dos processos. Ações e atividades do cotidiano que permeiam a SME e as escolas seguem uma rotina, as mudanças e inserção de novas tecnologias podem quebrar as rotinas, fato que pode causar resistência por parte dos interessados.

Em que pese às políticas e debates sobre a TICs na educação terem aumentado consideravelmente nas últimas décadas, é perceptível que o município não tem incentivado seus profissionais a buscar novas formações com vistas à aprimorar seus conhecimentos relacionados a TICs. Além disso, é incipiente o incentivo para criação de políticas específicas e para institucionalização de iniciativas, esse desafio torna o debate ainda mais importante.

Atualmente as políticas públicas para a implantação das tecnologias digitais na escola ultrapassaram o contexto de necessidade de apenas materiais físicos, contudo, têm-se ainda a necessidade de sistemas mais eficazes para a realização dos trabalhos cotidianos, como por exemplo a matrícula de um aluno no âmbito escolar. Estima-se que com o avançar do tempo e a modernização dos procedimentos, o município terá de se adaptar às novas tecnologias, contudo será necessário inicialmente uma mudança radical na cultura organizacional e na percepção dos agentes sobre a importância das TICs.

Ressaltando ainda que os recursos quando disponibilizados para a compra de materiais tecnológicos são insuficientes e na maioria dos casos as instituições, frente as suas necessidades de dia a dia, optam por suprir as demais demandas conforme destacado por Audy et al. (2000, p. 1).

Com relação ao incentivo das TICs no município pesquisado é possível salientar que no recorte dos últimos anos estas têm sido incentivadas pelas iniciativas locais, onde a prefeitura em parceria com a Secretaria Municipal de Educação tem adquirido e realizado a manutenção dos equipamentos tecnológicos.

O governo federal por sua vez direciona alguns recursos para o município, porém por meio da pesquisa é possível concluir que são poucos os recursos e os materiais tecnológicos ofertados, e alguns de baixa qualidade, impedindo assim a utilização dos mesmos.

Conclui-se ainda que os recursos ofertados devem ser ampliados por parte do Estado, ou devem ser criadas novas políticas públicas que incentivem a tecnologia em sala de aula, para que os professores possam inserir e trabalhar com seus alunos neste novo contexto.

6 REFERÊNCIAS

AUDY, J. L. N. et al. **Modelo de planejamento estratégico de sistemas de informação: a visão do processo decisório e o papel da aprendizagem organizacional.** In: encontro nacional da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, 24., 2000, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis: ANPAD, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>. Acesso em: 12 Abr 2019.

BRASIL. MEC. **Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Gestão Escolar no Ciclo**

de Alfabetização/ Caderno para Gestores. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC/ SEB, 2015b.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FNDE. **Fundo Nacional da Educação.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/par/sobre-o-plano-ou-programa/preguntas-frequentes-2>>. Acesso em 14Mar. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Caderno Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The “singular view” in management case studies qualitative research in organization sand management. **Na International Journal**, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MATIAS, J. P. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

O'BRIEN, J.A **Sistemas de informações e as decisões gerenciais na era da Internet.** 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana:** metodos de investigacion cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAR. **Plano de Ações Articuladas.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/par>>. Acesso em 14 de Out 2019.

PDDE. **Programa Dinheiro Direto na Escola.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pdde>>. Acesso 14 Mar. 2019.

PDE. **Programa de Desenvolvimento Educacional.** Disponível em: <<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>>. Acesso em 14 Mar. 2019.

PNAIC. **Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11268-gt-capitais-pnaic-apresentacao-21062012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 14 Mar. 2019.

SILVA, M. L. G. da. **A inclusão digital nas políticas de inserção das Tecnologias de Informação na Educação**: o discurso e prática dos curso de formação de professores. 182 f. (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Pós-graduação em Educação. Salvador, 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.